

CADAM S.A

captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **(o) Provisões** – As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhistas, cível e tributária) são reconhecidas quando: **(I)** o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; **(II)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(III)** o valor puder ser estimulado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **(p) Provisão para fechamento de minas** – A provisão para fechamento de mina e desmobilização de ativos realizada pela Companhia refere-se, basicamente, ao custo de fechamento de mina, com a finalização das atividades, minerárias e desativação dos ativos vinculados à mina. A provisão é constituída inicialmente com o registro de um passivo de longo prazo com contrapartida em um item do ativo imobilizado principal. O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente pela taxa de desconto atualizada e registrado contra o resultado do período, na despesa financeira. O ativo é depreciado linearmente pela taxa de vida útil do bem principal, e registrado contra o resultado do exercício. **(q) Reconhecimento de receita** – A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, incidentes, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas com vendas de produtos são reconhecidas no momento em que ocorre a transferência ao comprador dos riscos e benefícios significativos relacionados ao produto. **(r) Distribuição de dividendos** – A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. **4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** – A Companhia prepara suas demonstrações contábeis com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes. A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamento sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a sua situação patrimonial, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que, por definição, as estimativas contábeis raramente seriam iguais aos seus efetivos resultados. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social são as seguintes: **(a) Redução do valor recuperável de ativos** – A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de bens do ativo imobilizado, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment". **(b) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais.** A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado. As taxas de depreciação são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos. **(c) Provisão para contingências.** A Companhia constituiu provisões para contingências com base e análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados pela Administração com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis. Se qualquer dado adicional fizer com que seu julgamento ou o parecer dos advogados externos mude, a Companhia deverá reavaliar as suas estimativas. **(d) Provisão para fechamento de mina.** A Companhia, ao final de cada exercício revisa e atualiza os valores de provisão para fechamento de mina. Esta provisão tem como objetivo principal a formação de valores de longo prazo, para uso financeiro no futuro, no momento do encerramento da mina. O cálculo desta provisão considera as reservas auditadas e provadas, levando-se em conta o valor presente das obrigações, que são descontadas a uma taxa livre de risco, de acordo com as projeções de desembolsos efetivos dessas obrigações. As estimativas de custos são revistas anualmente, de forma que os ajustes decorrentes de novas estimativas sejam contabilizadas no ativo imobilizado e a realização do ajuste a valor presente é contabilizada no resultado do exercício como despesa financeira. A amortização dos custos com o fechamento de mina é calculada com base na extração das reservas de caulim provadas. **5. Reapresentação das cifras comparativas.** Em 2011, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados a: **(I)** não atualização de depósitos judiciais, cujo efeito líquido total monta em R\$ 8.857, dos quais R\$ 463 referem-se ao exercício de 2010 e R\$ 8.394 a exercícios anteriores; e **(II)** baixa de passivo relacionado a créditos tributário de IPI conforme levantamento específico realizado, cujo efeito líquido total monta em R\$ 6.592, sendo o valor integral ajustado no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2010; e **(III)** Baixa de ativo relacionado a recolhimento indevido de CEFEM, cujo efeito líquido monta em R\$ (379), tendo o valor integral ajustado no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2010. O efeito destes ajustes com impacto no ativo circulante, ativo não circulante, no passivo não circulante e patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2010 e de 1º de janeiro de 2010 estão demonstrados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 1º DE JANEIRO DE 2010, AJUSTADO

	Saldo reportado	Ajustes	Saldo reapresentado
Ativo			
Circulante	106.389	(379)	106.010
Não circulante	240.222	8.394	248.616
	346.611	8.015	354.626
Passivo			
Circulante	23.431		23.431
Não circulante	100.480	(6.592)	93.888
Patrimônio líquido	222.700	14.607	237.307
	346.611	8.015	354.626

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DESEMBRO DE 2010, AJUSTADO

	Saldo reportado	Ajustes	Saldo reapresentado
Ativo			
Circulante	73.204	(379)	72.825
Não circulante	162.765	8.857	171.622
	235.969	8.478	244.447
Passivo			
Circulante	12.875		12.875
Não circulante	98.177	(6.592)	91.585
Patrimônio líquido	124.917	15.070	139.987
	235.969	8.478	244.447

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE 2010, AJUSTADA

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Lucro bruto	17.998		17.998
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	(8.340)		(8.340)
Despesas administrativas e gerais	(26.374)		(26.374)
Resultado de equivalência patrimonial	84		84
Outras despesas/receitas operacionais, líquidas	(77.600)		(77.600)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(94.232)		(94.232)
Resultado financeiro	(3.967)	463	(3.504)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(98.199)	463	(97.736)
Imposto de renda e contribuição social	416		416
Prejuízo do exercício	(97.783)	463	(97.320)
Prejuízo por ação do capital social no fim do exercício - R\$	(4,44)		(4,42)

6. Gestão de risco financeiro

6.1 Fatores de risco financeiro

(a) - Instrumentos financeiro – Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos, cujos valores contábeis correspondem aos valores de realização. **(b) - Risco de mercado** - Considerando a natureza dos negócios e operações da Companhia, o principal fator de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são os preços de produtos e insumos. **(I) Risco cambial** - Esse risco decorre do fato da Companhia ter sua receita de exportações em dólares e vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que reduzem os valores da receita em reais. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía ativos denominados em dólares norte-americanos no montante equivalente a de R\$ 28.523 (2010 - R\$ 34.579) e passivos denominados em dólares no montante equivalente a R\$ 16.044 (2010 - R\$ 3.656). **(II) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros.** Os resultados e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. **(c) Risco de crédito.** O risco de crédito decorre de caixa e equivalente de caixa, bem como exposição de crédito a clientes. A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. **(d) Risco de liquidez.** O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. Para mitigar esse risco, a Companhia conta com a assistência financeira da Vale S.A., sua controladora que provê empréstimos intercompany. A liquidez no curto prazo e a eficiência da gestão do caixa é administrada pela gerência financeira da Companhia. A provisão de fluxo de caixa é realizada mensalmente e monitorada diariamente para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. **(e) Risco operacional.** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para seus ativos, bem como para possíveis perdas com a interrupção de produção, através de apólices do tipo All Risks.

6.2 - Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2011 e em 1º de janeiro de 2010 correspondem a:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010 (Reapre- sentado- Nota 5)	1º de janeiro de 2010 (Reapre- sentado- Nota 5)
Ativos			
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalentes de caixa	1.702	279	1.559
Contas a receber de clientes - Terceiros	11.286	6.838	5.940
Contas a receber de clientes - Partes relacionadas	28.523	34.579	59.922
Depósitos judiciais	22.680	21.930	21.442
	64.191	63.626	88.863